



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
CURSO DE ENGENHARIA FLORESTAL**

**CARACTERIZAÇÃO DOS CENTROS DE INFLUÊNCIA
DO SETOR FLORESTAL BRASILEIRO**

Mauro César Quevedo Bornes Filho

Sob Orientação do Professor

José de Arimatéa Silva

Seropédica - RJ

Dezembro de 2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
CURSO DE ENGENHARIA FLORESTAL**

Mauro César Quevedo Bornes Filho

**CARACTERIZAÇÃO DOS CENTROS DE INFLUÊNCIA
DO SETOR FLORESTAL BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Florestal, como requisito parcial para a obtenção do Título de Engenheiro Florestal, Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Sob Orientação do Professor

José de Arimatéa Silva

Seropédica - RJ

Dezembro de 2008

Mauro César Quevedo Bornes Filho

**CARACTERIZAÇÃO DOS CENTROS DE INFLUÊNCIA
DO SETOR FLORESTAL BRASILEIRO**

APROVADA EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. José de Arimatéa Silva
Orientador

Prof. Wilson Ferreira de Mendonça Filho
Membro Titular

Tokitika Morokawa
Membro Titular

RESUMO

O trabalho apresentado tem como objetivos o mapeamento e caracterização dos principais centros de influência dos subsetores florestais no Brasil, considerando sua inserção dentro dos mesmos apresentados. Adicionalmente visa-se a identificação histórica dos espaços institucionais e sua influência nesses centros e assim diagnosticar como esses afetam e moldam as políticas dos subsetores florestais brasileiros. Para tanto, utilizaram-se pesquisas nas principais instituições de representatividade nacional do setor florestal brasileiro, bem como os códigos florestais anteriores e atual, órgãos financeiros e ministérios. Os resultados obtidos foram seis centros de influência do setor florestal, onde o subsetor de celulose e papel apresentou um CI de âmbito nacional e oito CIs de âmbito regional, o subsetor de carvão vegetal com um nacional e um regional, o subsetor de móveis e componentes de móveis com um nacional, o subsetor madeira processada com três nacionais, e por fim um subsetor ainda pouco estudado e caracterizado, o de produtos florestais não-madeireiros, com um CI nacional. Através dos resultados obtidos conclui-se que o subsetor de papel e celulose apresenta maior contribuição na economia florestal brasileira. Por esse motivo, apresenta um número maior de entidades representativas (Centros de Influência). Entende-se, portanto, que a representatividade de um determinado setor da economia é diretamente proporcional à importância econômica que exerce.

Palavras-chave: setor florestal brasileiro, centros de influência, espaços institucionais, economia florestal.

ABSTRACT

The work presented aims at the mapping and characterization of the main centers of influence of forest sector in Brazil, considering its inclusion within the same presented. Also seeks to identify areas of institutional history and its influence in these centers and thus diagnose how these affect and shape the policies of the Brazilian forest subsectors. For both, were used in major research institutions of national representation of the Brazilian forest sector as well as past and current forest code, financial bodies and ministries. The results were six centers of influence of the forest sector, where the pulp and paper subsector showed a CI of national and eight regional scope of ICs, the subsector of charcoal with a national and a regional level, the subsector of furniture and furniture components with a national, the subsector with three national processed wood, and finally a subsector yet little studied and characterized, that of non-timber forest products, with a national CI. Through the results it is concluded that the pulp and paper subsector presents greater contribution forestry in Brazil. Therefore, it presents a greater number of representative bodies (Centers of Influence). It is understood, therefore, that the representativeness of a particular sector of the economy is directly proportional to the economic importance exercising.

Key-words: Brazilian forest sector, centers of influence, institutional spaces, forest economics.

Sumário

LISTA DE FIGURAS.....	vii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. OBJETIVOS.....	1
3. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA.....	2
3.1 O Setor Florestal.....	2
3.1.1 Principais Números do Setor Florestal.....	3
3.2 Centros de Influência.....	4
3.3. Metodologia.....	6
3.3.1 Mapeamento e Caracterização dos Centros de Influência.....	6
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	7
4.1 Caracterização dos Centros de Influência do Setor Florestal.....	7
4.1.1 Papel e Celulose.....	7
4.1.2 Madeira Processada.....	9
4.1.3 Móveis e Componentes.....	11
4.1.4 Carvão Vegetal.....	12
4.1.5 Florestal Não-Madeireiro.....	13
4.1.6 Entidades associadas ao Setor Florestal.....	14
4.2. Importância dos Centros de Influência.....	20
4.2.1 Subsetor de Celulose e Papel.....	20
4.2.2 Subsetor de Madeira Processada.....	21
4.2.3 Subsetor de Móveis e Componentes.....	21
4.2.4 Subsetor de Carvão Vegetal.....	21
4.2.5 Subsetor de produtos florestais não-madeireiros.....	22
4.2.6 Associações ligada ao Setor Florestal em geral.....	22
4.3 Espaços Insituacionais.....	22
4.3.1 Estrutura institucional do setor florestal.....	22
4.3.2 Espaços Institucionais de influências dos CIs.....	25
5. CONCLUSÕES.....	28
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29
7. ANEXO.....	31

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura do MMA, estabelecida pelo Decreto nº 6001/07.....	23
Figura 2 – Esquema ilustrativo das instituições florestais federais.....	25

1. INTRODUÇÃO

O setor florestal brasileiro apresenta uma crescente importância na economia do país. Em consequência observa-se uma alta competitividade no mercado de produtos florestais, em razão de suas características edafoclimáticas (solo e clima) e do desenvolvimento tecnológico obtido na área de silvicultura (BNDES, 2002).

Em 2007 o setor de base florestal brasileiro teve participação significativa no Produto Interno Bruto Nacional, representando 3,5% do PIB nacional, ou seja, US\$ 27,3 bilhões (SBS, 2007).

No que se refere às exportações do país, segundo os dados da Sociedade Brasileira de Silvicultura – SBS de 2007, o setor de base florestal representou 7,3% (US\$ 10,3 bilhões) do total exportado pelo país (US\$ 137,5 bilhões). Desse total, se destaca o segmento de celulose e papel com US\$ 4 bilhões e um crescimento de 17,6% em relação a 2005. As exportações de madeira serrada, compensados e produtos de maior valor agregado representaram cerca de US\$ 2,9 bilhões; de móveis US\$ 1,05 bilhão e de ferro gusa a carvão vegetal US\$ 1,65 bilhão. Quando a atividade produtiva começa a adquirir importância econômica, há naturalmente entre os agentes a necessidade de fazer com que suas necessidades, aspirações (econômicas ou não), e opiniões sejam consideradas no mercado.

Sendo assim, no mercado há inúmeros agentes, tais como fornecedores, mão-de-obra, fabricantes, comerciantes, entre outros, cada qual com seu papel na cadeia produtiva e na economia. Esses “interessados” ou envolvidos, por assim dizer, precisam de representatividade dentro da engrenagem econômica ou social do mercado.

Surgem dentro dessa realidade os chamados centros de influência, ou de pressão, que podem ser definidos como a união desses agentes em instituições representativas no setor. Esses ajudam a suportar e defender os interesses de seus associados junto ao mercado, seja na figura do governo, das outras empresas, organizações e instituições ou a força de trabalho.

Desse contexto, ou seja, de um setor com importância econômica grande e crescente dentro da economia do país, associada aos movimentos de pressão e influência observados, surge a motivação para esse trabalho.

Entender as relações existentes de poder, pressão e influência no setor florestal proporciona uma visão sistêmica e ampla dessa economia, proporcionando vantagem em análises e tomada de decisão no setor, seja essa de característica econômica ou social.

2. OBJETIVOS

- Identificar e caracterizar os centros de influência do setor florestal brasileiro;
- Identificar os espaços institucionais desses centros de influência.

3. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

3.1 O Setor Florestal

O Brasil é um dos maiores produtores e o maior consumidor mundial de produtos de origem florestal. Setores estratégicos da economia brasileira, como a siderurgia, a indústria de papéis e embalagens, e a construção civil, são altamente dependentes do setor florestal. Entretanto, o país apresenta deficiências com relação à centralização e disponibilização de informações do Setor Florestal - carência de informações sistematizadas que poderiam subsidiar a tomada de decisões tanto em relação a políticas públicas como em projetos da sociedade civil e iniciativa privada.

Ao longo do tempo, diversas ações foram materializadas por diferentes instituições, no sentido de preencher tal lacuna. No entanto, até o momento inexistiu um sistema coordenado que forneça de forma consistente informações relacionadas à gestão florestal.

O setor florestal pode ser conceituado como parte da sociedade relacionada ao uso dos recursos silvestres ou florestais. É todo conjunto de atividades produtivas primárias e secundárias que exploram, conservam, manejam, renovam ou implantam florestas. É relacionado principalmente ao uso da fauna (exceto peixe) e dos recursos da flora, em particular, das florestas naturais ou plantadas.

Esse setor é um conjunto dos agentes produtivos, dos proprietários de terras florestais, proprietários de indústrias, instituições florestais, as terras florestais e os consumidores de bens e serviços com origem na floresta (SILVA, 2003).

Pode-se subdividir esquematicamente o setor florestal em subsetores de produção ou subsetores de consumo (SILVA, 2003), são eles:

Celulose e papel: industrialmente estruturado, complexo, dinâmico e poderoso. Consolidou-se na década de 1980 com o Programa Nacional de Papel e Celulose, programa governamental de incentivo à produção e exportação de celulose e papel;

Madeira processada: segmento dinâmico e complexo que envolve as indústrias de serraria, lâminas, compensados, aglomerados e MDF¹;

Móveis e componentes de móveis: abrange um amplo dimensionamento de unidades produtivas, desde pequenas unidades familiares (produção artesanal) a grandes indústrias de móveis e componentes. Caracteriza-se pela reunião de diversos processos de produção e uma diversidade de produtos finais.

Carvão vegetal: está ligado diretamente às indústrias siderúrgicas. Utiliza a madeira para produzir carvão vegetal. Contou, na década de 1970 com o Programa de Siderurgia e Carvão, que objetivava prover a auto-suficiência do setor em carvão vegetal e a substituição da utilização de madeira de florestas nativas pela de florestas plantadas.

Ainda pode-se citar como subsetor produtivo o de **produtos florestais não-madeireiros**, caracterizado pelos produtos florestais não-lenhosos, de origem vegetal e animal, bem como os serviços sociais e ambientais – reservas extrativistas, seqüestro de carbono, conservação genética e outros (EMBRAPA, 2000). Há uma dificuldade de dimensionamento desse subsetor, vez que existe indisponibilidade de dados, principalmente estatísticos, que mostrem a quantidade produzida, comercializada e consumida de cada um dos principais produtos (BALZON, 2004).

¹ MDF – *Medium Density Fiberboard*: consiste em um painel de fibras de Madeira.

Dentro do subsetor dos produtos florestais não-madeireiros, destaca-se pela magnitude e organização o setor de **resinas**. Segue a descrição:

Resinagem: iniciada na década de 70, com a implantação de florestas de pinus, subsidiadas por incentivos fiscais a novos reflorestamentos, evoluiu até que, próximo de 1990, o País passou da condição de importador a exportador (FIGUEIREDO *et al.*, 1992). Segundo este autor, o Brasil é atualmente o segundo maior produtor mundial, estando atrás apenas da China. Porém, não é reconhecido ainda pelo governo e suas instituições de controle, sendo regido pelas leis de mercado (FERREIRA, 2002).

O setor florestal brasileiro tem como principais funções: (i) induzir o desenvolvimento sócio econômico do país e (ii) contribuir para a manutenção de um alto nível de biodiversidade e de equilíbrio ambiental (IPEF, 2002).

No que se refere à função de indução ou estímulo ao desenvolvimento sócio econômico do país, o setor florestal atua na geração de produtos sólidos para a construção civil e moveleira, fibras para papéis e embalagens, produtos químicos, alimentícios e energéticos. Além disso, o setor atua de maneira a garantir que esses bens e serviços sejam providos de maneira sustentável ao país.

Já na contribuição para a manutenção de um alto nível de biodiversidade e equilíbrio ambiental, o setor florestal deve atuar nas atividades de pesquisa e desenvolvimento que apóiam a criação e manutenção de reservas e áreas de preservação, entre outras atividades.

3.1.1 Principais Números do Setor Florestal

Visando um dimensionamento do setor, apresenta-se um resumo das informações mais relevantes acerca do assunto.

Aproximadamente 30% da superfície terrestre é coberta por florestas, ou cerca de quatro bilhões de hectares, sendo que dessa área, mais da metade está em território de cinco países: Federação Russa, Brasil, Canadá, Estados Unidos e China (FAO, 2007).

No Brasil, há 477,7 milhões ha de cobertura florestal – área territorial é de 851,5 milhões de hectares. As plantações florestais, ocupando apenas 0,67% do território nacional, somam 5,74 milhões ha, sendo 3,55 milhões com eucalipto; 1,82 milhões com pinus e 370,5 mil de outras espécies (SBS, 2007).

O setor de base florestal brasileiro tem participação significativa no Produto Interno Bruto Nacional, representando 3,5% do PIB nacional, ou seja, US\$ 37,3 bilhões (SBS, 2007).

Segue um resumo dos principais números, por subdivisão produtiva do setor florestal:

Celulose e Papel: Em 2006, o segmento de celulose e papel apresentava uma área de aproximadamente 1,7 milhões de hectares de florestas plantadas, compreendendo espécies como: eucalipto com 1,3 milhão há (78,7%); pinus, 343,7 mil ha (20,5%) e outras espécies com 14 mil ha (0,8%). Empresas deste segmento detêm 2,6 milhões ha de áreas de preservação permanente e de reserva legal, excedendo o disposto na legislação florestal brasileira. A produção de celulose e pastas alcançou 11,2 milhões de toneladas e a de papel, 8,72 milhões de toneladas, representando crescimento de 8% e 1,5%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Em 2006, o faturamento do segmento de papelão ondulado foi estimado em R\$ 5,09 bilhões, 5% inferior ao ano anterior. Neste mesmo ano a produção total foi de 2,48 milhões de toneladas, o consumo aparente 2,18 milhões de toneladas e as exportações 2,18 milhões toneladas (SBS, 2007).

Madeira Processada: Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (Abimci, 2006), em 2006, a produção de madeira serrada atingiu 23,8 milhões m³, predominando a madeira tropical (14,7 milhões m³) frente à produção de madeira

de pinus (9,1 milhões m³). O consumo em 2006 totalizou 21 milhões m³ (88,4% da produção nacional). As exportações brasileiras totalizaram cerca de 2,9 milhões m³ no mesmo ano. A produção de compensados em 2006 foi de 3,04 milhões de m³ (SBS, 2007).

Móveis e componentes de móveis: Em média, 70% da madeira maciça utilizada pela indústria moveleira é proveniente de plantios florestais. O pinus e o eucalipto vêm se consolidando no segmento de camas e de salas de jantar e estruturas de móveis estofados e, mais recentemente, na fabricação de móveis de jardim para exportação. As exportações brasileiras de móveis de madeira totalizaram US\$ 1,048 bilhão em 2006 (SBS, 2007).

A indústria brasileira de móveis localiza-se principalmente nas regiões Sul e Sudeste, com cerca de 88% da produção doméstica proveniente dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais. Além disso, mais da metade das exportações nacionais de móveis é oriunda de Santa Catarina (BNDES, 2001).

Carvão vegetal: O Brasil é um dos maiores produtores e consumidores de carvão vegetal do mundo. Em 2006, a produção nacional de carvão vegetal foi de aproximadamente 35,1 milhões mdc, sendo 17,9 milhões mdc de origem de florestas plantadas e 17,2 milhões mdc de florestas nativas (SBS, 2007).

Produtos florestais não madeireiros: Importante contribuição tem sido registrada pela produção e comercialização de produtos florestais não madeireiros, a exemplo da extração da borracha natural, cacau, castanhas-do-Pará e de caju, erva-mate, óleos essenciais, tanino de acácia e resina de pinus.

Resinagem: O Brasil atualmente é o segundo maior produtor mundial de resina oriunda de pinus, perdendo apenas para a China. Explora mais de 45 milhões de árvores, o que implica no emprego direto de aproximadamente 12 mil pessoas e indireto de outras tantas pessoas na indústria química. A partir de 1989, dá-se o início à exportação do excedente da produção em relação ao consumo interno. Resulta em uma receita anual que ultrapassa os US\$ 24 milhões. Atualmente, a produção brasileira se aproxima das 100.000 toneladas por ano com aparente potencialidade de aumentar (FERREIRA, 2002).

3.2 Centros de Influência

Com o objetivo de iniciar os estudos sobre Centros de Influência, deve-se primeiramente definir o que são instituições, uma vez que os CI são caracterizados como tal.

Instituições são as práticas estabelecidas pela sociedade para regular as relações e podem ser de natureza legal ou consensual. São próprias do local e do tempo da sociedade que regem, caracterizando as relações interpessoais, as interações com o ambiente, com a produção, propriedade, entre outras formas de sociedade (DUERR, 1972).

Com base na definição acima, toma-se por referência a inclusão dos Centros de Influência, ou grupos de pressão, na caracterização de uma instituição. As grandes organizações, a mão-de-obra, os arranjos produtivos (agricultores, por exemplo), constituem grupos que possuem desejos e aspirações que precisam ser consideradas. Sendo assim, esses grupos exercem pressão – como instituição – para “moldar” ou adaptar as condições sociais ou de mercado às suas necessidades.

Pode-se considerar também o governo como um centro de influência, mas deve-se levar em conta que este, como instituição, possui o instrumento legal – o aparato normativo – como forma de exercer pressão.

Pode-se inserir o setor florestal nesse contexto, segundo (Duerr, 1972) exemplifica: suponha-se que no interior de um estado com importante área florestal existem extensões

consideráveis de pinhais sob propriedade estadual, e a política seguida tem sido a da exploração para madeira serrada, com vendas feitas aos negociantes ou serrarias (pequeno porte). Em determinado momento a indústria de pasta se interessa pela floresta como recurso potencial. Assim, contacta sua associação, que possui aliados nas esferas legislativas e consegue que seja elaborado um decreto que levaria à venda da floresta pública em grandes parcelas. Logo que a notícia do decreto se espalha, surgem dois grupos que o contesta, sendo esses formados pelo departamento estadual de conservação (a favor do interesse público de manutenção da área) e o outro grupo formado pela organização agrícola no qual alguns membros se dedicam às atividades de serraria e extração da madeira. Por conclusão, esses três grupos de interesse, ou de influência, travarão entre si uma “guerra” de poder e influência, vencendo o que puder exercer maior pressão em prol de seus interesses.

Pode-se perceber pelo exemplo dado que os CI afetam de maneira usual a orientação do mercado, da política e da economia. Cabe ressaltar, no entanto, que cada grupo de pressão pode incluir grupos menores e assim por diante. A participação de um agente, ou organização em um determinado grupo ou centro de influência não descaracteriza ou impede sua participação em outro, a se levar pelos interesses a serem perseguidos no momento. Assim, pode-se encontrar empresas como membro de duas associações distintas, que lutam por interesses variados.

Os CI possuem três espécies de objetivo, de acordo com (Duerr, 1972), que incluem os ganhos econômicos, por sua característica econômica. São eles: (i) grandeza e força, (ii) domínio sobre os concorrentes e (iii) unanimidade.

Grandeza e força: um dos objetivos comuns dos centros de influência é o de aumento de sua própria dimensão e força, já que esses são fatores decisivos para alcançar e medir o êxito. Pode-se subdividir esse objetivo em dois aspectos: nas **empresas** e nas **organizações do trabalho**. No que se refere às empresas, há a possibilidade (tal como ocorre) que as organizações dos setores produtivos se unam em associações para que através destas obtenham grandeza e força, características que, se estivessem “lutando” sozinhas, não teriam, por maior importância que tenha a empresa no setor. Quando avaliamos a questão da força de trabalho, não é complicado que se explique o fundamento da união. Um grupo de agricultores de uma determinada região. Seus indivíduos, isoladamente, não possuem voz ativa ou poder para questionar ou reivindicar ações do governo, por exemplo. Assim, formam uma cooperativa, ou associação, para que sejam ouvidos e exerçam pressão e influência por seus interesses, seja na esfera pública ou privada. Quão maior e mais forte, ou poderosa, é uma associação, por exemplo, mais reivindicações será capaz de fazer e obter resultados favoráveis.

Domínio sobre os concorrentes (grupos rivais): como consequência do primeiro objetivo dos CI, o de ganhar grandeza e força, surge o segundo, o de dominar seus competidores. Existem basicamente três tipos de domínio – as empresas contra a mão-de-obra, as empresas contra o governo e as empresas contra as empresas. Os adversários tradicionais das grandes organizações, ou mesmo dos centros de influência empresariais são os sindicatos, a mão-de-obra. Dentro de um contexto brasileiro em que as leis trabalhistas são bastante rígidas e bem disseminadas, qualquer possível desvio de conduta por parte das organizações é controlado e denunciado. Sendo assim, a mão-de-obra oferece perigo às organizações (queda de produtividade, prejuízos) e essas em suas associações, ou CI, procuram dominar o grupo que lhe oferece perigo. Já no que se refere às empresas exercendo força de domínio sobre o governo pode-se ilustrar através dos centros de pressão que reivindicam ações governamentais ligadas à legislação, cessão de terras públicas, entre outras. Por fim, os CI têm por objetivo também fazer seus interesses superiores ao de outros centros, resultando numa relação conflitos de interesses entre empresas.

Unanimidade: além da grandeza e da força e do domínio sobre os concorrentes, há um terceiro objetivo que é comum a todos os centros de influência: a unanimidade entre seus membros, sendo essa a característica essencial de um grupo dominante. Cabe ressaltar que a unanimidade não significa necessariamente a ação idêntica dos integrantes do CI, mas traduz a identidade e os procedimentos adotados para os fins desejados.

Para atingir seus objetivos, os CIs podem se utilizar de ações políticas, visando à obtenção de determinadas disposições legais ou regulamentos, bem como a revogação de outros. Podem também agir diretamente no que lhe convém, como por exemplo: ao invés de reivindicar junto o governo uma lei que permita certa fixação de preços, os CIs moldam uma maneira de se fixar os preços – uma vez que, em teoria, os CIs envolvem as principais e maiores organizações do setor. Há de tomar cuidado com a legalidade das ações diretas para não serem caracterizadas como formação de cartel, exploração da mão-de-obra, entre outros.

Portando compreendemos os centros de influências como entidades de interesse comum que lutam pelos mesmos. No caso do setor florestal, as organizações dentro dos subsetores, tais como o de carvão, papel e celulose, entre outros, unem-se para formar os centros e exercer pressão em prol de seus interesses.

3.3. Metodologia

Em busca dos três objetivos de pesquisa propostos – caracterizar os principais centros de influência dos subsetores florestais brasileiro; identificar os espaços institucionais de influência dos centros de influência e diagnosticar como eles influenciam as políticas dos subsetores florestais – optou-se por uma pesquisa quantitativa (obtenção de números básicos em relação à representatividade dos Centros de Influência / Espaços Institucionais) e qualitativa (descrição / caracterização dos mesmos).

De acordo com os objetivos, segundo a classificação de (Gil, 1991), foi uma pesquisa exploratória e descritiva, uma vez que visou proporcionar maior familiaridade com o tema com vistas a torná-lo explícito e, além disso, objetivou-se descrever as características do objeto pesquisado.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica junto aos principais livros e artigos ligados ao assunto. Adicionalmente optou-se por uma pesquisa documental aos principais documentos não-acadêmicos disponibilizados pelas instituições pesquisadas. Por fim, agregou-se à pesquisa um levantamento feito junto aos principais Centros de Influência identificados.

3.3.1 Mapeamento e Caracterização dos Centros de Influência

Efetou-se uma pesquisa dentro dos principais subsetores do setor florestal, conforme definido anteriormente e chegou-se nas principais associações representativas dentro dos mesmos. Define-se essas instituições como os centros de influência ou zonas de pressão de seus respectivos subsetores.

Segue o mapeamento e descrição dos Centros de Influência identificados apresentados por subsetor florestal. Especifica-se, adicionalmente, a natureza do CI, sendo eles formações de empresas ou da mão-de-obra. Ainda, para os setores de maior expressão e representatividade, delimita-se ainda em associações de abrangência nacional ou regional.

Procurou-se mapear dentro dos CI dos subsetores florestais: (a) seus objetivos; (b) envolvidos na administração; (c) as principais entidades associadas; (d) sua localização; (e) e suas principais influências exercidas dentro do subsetor.

Como segundo objetivo de pesquisa buscou-se a identificação dos espaços institucionais dos CIs. Para tal realizou-se uma pesquisa cujos objetivos foram: (a) mapear os órgãos relacionados ao setor florestal; (b) identificar seus objetivos e limites de atuação; (c) identificar sua subordinação dentro da esfera política e (d) levantamento das principais comissões e fóruns ligados ao setor florestal.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização dos Centros de Influência do Setor Florestal

4.1.1 Papel e Celulose

Organizações Empresariais

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel
www.bracelpa.org.br

a. Objetivos

- A entidade é responsável pela representação institucional do setor no País e no exterior. A missão da Bracelpa é promover a competitividade e divulgar o desenvolvimento sustentável das indústrias representadas.

b. Administração

Não/Encontrado (N/E)

c. Entidades Associadas (ANEXO)

d. Endereço

São Paulo – SP

e. Principais Feitos (site)

N/E

Organizações Empresariais Regionais

- Associação Sudeste - Associação Regional dos Fabricantes de Papel e Celulose do Sudeste
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

- SINDPACEL - Sindicato das Indústrias de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel e Artefatos, Papel e Papelão no Estado da Bahia
Salvador - Bahia

- SINPAPEL - Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel e Papelão no Estado de Minas Gerais
www.sinpapel.com.br
Belo Horizonte - Minas Gerais

- SINPASUL - Sindicato das Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça do Estado do Rio Grande do Sul
www.sinpasul.org.br
Porto Alegre - Rio Grande do Sul

- Sindicato da Indústria de Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

- SINPESC - Sindicato das Indústrias de Celulose e Papel de Santa Catarina
www.sinpesc.com.br
Lages - Santa Catarina.

- SIP/SP - Sindicato da Indústria do Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel, no Estado de São Paulo
São Paulo - São Paulo

- SINPACEL - Sindicato das Indústrias de Papel e Celulose do Paraná
www.sinpacel.org.br
Curitiba – Paraná

- Outras.

Organizações da Força de Trabalho

- **SINAP** – Sindicato Nacional dos Papeleiros
www.sinap.org.br

a. Objetivos

O Sinap tem por base os seguintes objetivos junto à classe trabalhadora:

- Ação sindical ampla, cooperação e solidariedade entre os trabalhadores do ramo de produção e da classe trabalhadora;
- Alterar a correlação de forças atual, sobretudo na negociação coletiva;
- Acabar com a idéia/fato de sindicato pequeno. Todos serão um só sindicato;
- Organizar/sistematizar/disponibilizar estudos e pesquisas sobre o setor, trabalhadores e meio ambiente;
- Estabelecer um processo intensivo de comunicação entre os trabalhadores e Sindicato Local;
- Ampliar a ação sindical da classe trabalhadora buscando a cidadania plena.

b. Administração

Organização do SINAP Sindicato Nacional dos Papeleiros:

- Os sindicatos locais (SL) juntos, formam o SINAP;
- Os SL têm autonomia e são as estruturas de base do SINAP;
- Os SL podem ter outras estruturas de base;
- As deliberações são tomadas em conjunto (colegiado).

c. Entidades Associadas

N/E

d. Endereço

N/E

e. Principais Feitos (site)

- Negociação de acordos com a Multinacional Mapol, através de acordos celebrados com a direção da empresa na Dinamarca.
- Pela incorporação dos trabalhadores terceirizados no Pará, em junho de 2003, quando 2300 trabalhadores das prestadoras de serviço da área florestal da Jarí passaram a integrar o Sindicato Local do Pará e Amapá.
- Contra a demissão de dirigentes do sindicato Local do Pará e Amapá, José Maria da Silva e Carlos Lacerda Maciel pela empresa FACEPA no Pará.
- Condução da greve de 4 a 12/11/2004 no Projeto Veracel, quando cerca de 9 mil trabalhadores de empreiteiras cruzaram os braços na busca de melhores condições de trabalho.
- Mobilizações nas campanhas salariais da Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina.
- Em abril de 2004, intensificação na luta contra a grilagem de terras pela Jarí Celulose no Pará.
- Desenvolvimento de ações e atos referentes ao Dia do Trabalhador, Dia Internacional da Mulher, contra a flexibilização dos direitos trabalhistas e por um salário mínimo maior.
- Participação na Audiência Pública sobre florestas.
- Debate no BNDES sobre os financiamentos de novas fábricas de celulose e papel no Brasil.
- Participação ativa nas greves da empresa ArjoWinggs em Salto, em novembro de 2005.
- Enfrentamento no judiciário contra a truculência policial nas portas de fábricas.
- Construção de mais um Sindicato Local em Montes Claros, Minas Gerais.
- Campanha de mobilização contra o atraso de pagamentos nas empresas do Grupo João Santos (Maranhão e Pernambuco) no início de 2005.

Organizações da Força de Trabalho Regionais

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça de Mogi das Cruzes – CUT.

Mogi das Cruzes - São Paulo

- Sindicato dos Trabalhadores Indústria Papel, Celulose Pasta de Mad p/ Papel e Papelão de São Paulo.

São Paulo - São Paulo

4.1.2 Madeira Processada

Organizações Empresariais

ABIMCI – Associação Brasileira da Indústria da Madeira Processada Mecanicamente
(www.abinci.com.br)

a. Objetivos

- Representar o setor madeireiro nacional e internacionalmente e propiciar acesso a tecnologias, produtos e mercados, em interação com a sociedade.

b. Administração

N/E

c. Entidades Associadas

Congrega entre seus associados empresas relacionadas ao setor de base florestal, incluindo desde aquelas ligadas às atividades silviculturais, a indústria de painéis e laminados de madeira, madeira serrada, compensados, pisos, molduras, componentes, portas e outros produtos. Congrega também fornecedores de máquinas e equipamentos e insumos para o setor, bem como agentes e importadores de produtos madeireiros.

d. Endereço

Curitiba – PR

e. Principais Feitos (site)

N/E

ABIPLAR – Associação Brasileira da Indústria de Piso Laminado de Alta Resistência (www.abiplar.com.br)

a. Objetivos

- Apresentar ao mercado as qualidades do Piso Laminado de Alta Resistência;
 - Informar os consumidores e proporcionar aprimoramento técnico de todos os agentes que interagem com o consumidor;
 - Oferecer segurança e qualidade na compra e instalação do Piso Laminado de Alta Resistência.

b. Administração

N/E

c. Entidades Associadas

Duratex (Durafloor);

Eucatex (Eucafloor);

Tafisa (Poliface)

d. Endereço

São Paulo – SP

e. Principais Feitos (site)

N/E

ABIPA – Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira

(www.abipa.org.br)

a. Objetivos

- Promover o aprimoramento das empresas associadas por meio de realização e divulgação de estudos, simpósios e conferências, bem como a troca de informações entre empresas, entidades semelhantes, no país e no exterior;
- Promover gestões visando o estabelecimento de normas para a padronização e classificação dos painéis de madeira industrializada;
- Promover estudos de mercado e manter os sócios informados sobre as tendências;
- Acompanhar a evolução dos segmentos dos clientes do setor e colaborar com o crescimento e maior competitividade da cadeia produtiva.
- A Abipa trabalha em conjunto com o Governo, desenvolvendo estratégias e ações que contribuam para o crescimento e o fortalecimento da cadeia produtiva.

b. Administração

N/E

c. Entidades Associadas

Reúne as maiores e mais importantes empresas fabricantes de painéis de madeira industrializada do Brasil: Berneck, Duratex, Eucatex, Fibraplac, Masisa, Satipel, Tafisa.

d. Endereço

São Paulo – SP

e. Principais Feitos (site)

- Desoneração tributária do setor;
- Inserção no mercado internacional, participando de negociações bilaterais;
- Fomento de programas de exportação de móveis, de programas de capacitação e de programas de fomento florestal.

4.1.3 Móveis e Componentes

Organizações Empresariais

ABIMÓVEL – Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário

(www.abimovel.org.br)

a. Objetivos

- O objetivo da entidade é estreitar o relacionamento com os sindicatos e associações do setor no Brasil, em busca de atender às necessidades dos associados, trabalhando no sentido de defender seus interesses e

reivindicações. Busca o crescimento e o desenvolvimento da indústria moveleira de todo o país.

b. Administração

Presidente – Móveis German Ind. Com. Hotéis Tur. Ltda
Vice-Presidente – Indústrias Artefama S/A.

c. Entidades Associadas

Com mais de 30 anos de representatividade nacional, congrega fabricantes de móveis e fornecedores de insumos para a cadeia moveleira de todo o país.

d. Endereço:

São Paulo – SP

e. Principais Feitos (site)

- Possui parcerias com outras entidades nacionais, como o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC, Agência de Promoção de Exportações (APEX), Serviço Nacional da Indústria (SENAI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a - Confederação Nacional da Indústria (CNI).
- Com a APEX, que pertence ao MDIC, a ABIMÓVEL desenvolve atualmente, em conjunto com os principais pólos moveleiros, o programa “Brazilian Furniture”, que tem por objetivo assessorar e incentivar as empresas na exportação de seus produtos e na participação em feiras internacionais.

4.1.4 Carvão Vegetal

Organizações Empresariais

ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
www.abraflor.org.br

a. Objetivos

- Congregar, representar, promover e defender os interesses coletivos das Empresas que se dedicam ao desenvolvimento sustentável com base em florestas plantadas.
- Atua nas seguintes áreas: parcerias com pequenos produtores; Órgãos de Governo; Sociedade Organizada; segmentos econômicos afins; Órgãos de Pesquisa e Desenvolvimento e Entidades de Classe.

b. Administração

Presidente – Integrante da Empresa Cenibra S/A
Vice-presidência – Integrantes das Empresas Suzano de Papel e Celulose S/A; Satipel Industrial S/A ; ArcelorMittal Florestas.

c. Entidades Associadas (ANEXO)

d. Endereço

Brasília - DF

e. Principais Feitos (site)

N/E

AMS – Associação Mineira de Silvicultura
www.silvimnas.com.br

a. Objetivos

- Representar os interesses dos produtores florestais e das indústrias de base florestal;
- Estimular a proteção ambiental, a participação política, a modernização e humanização das relações de trabalho;
- Estabelecer parcerias e desenvolve ações nos campos econômico, social, cultural, tecnológico e ambiental;
- Promove a expansão e abertura de mercados, difundindo o uso múltiplo das florestas plantadas e manejadas;
- Coletar, produzir e disponibilizar dados sobre a atividade florestal, buscando informar, desmistificar e construir uma imagem positiva para o setor.

b. Administração

Presidente – Integrante da Empresa Rima Industrial S/A

Vice-presidente – Integrante da Empresa Metalsider Ltda.

Diretoria – Integrantes das Empresas Plantar S/A; Arcelor Mittal Brasil Florestas S/A; Cenibra S/A; Gerdau S/A

c. Entidades Associadas (ANEXO)

d. Endereço

Belo Horizonte – MG

e. Principais Feitos (site)

N/E

4.1.5 Florestal Não-Madeireiro

O subsetor ainda não se encontra bem definido e organizado dentro do setor florestal. Sendo assim, até a data de conclusão desse trabalho, não foi identificado nenhum tipo de associação ou união de forças no que se refere a esse ramo de atividade econômica.

Entretanto, verificam-se movimentos de estudos e projetos na área para fins de detalhamento e obtenção de maiores dados e informações sobre o setor.

Há também, segundo as pesquisas realizadas, uma forte tendência a ser considerar esse um setor bem lucrativo dentro dos setores produtivos florestais. Conclui-se, assim, que em breve surgirão associações ou entidades que agreguem os principais expoentes no ramo, como ocorreu com os outros subsetores apresentados acima.

Há, no entanto, a exceção do subsetor de resinas, que se encontra em estágio avançado em relação aos outros produtos não-madeireiros. Segue os centros de influência identificados no subsetor:

Organizações Empresariais

ARESB – Associação dos Resinadores do Brasil
www.aresb.com.br

a. Objetivos

- Congregar todos aqueles que se dedicam às atividades relacionadas com goma-resina;
- Representar e defender os direitos e interesses dos seus associados perante os poderes públicos e terceiros em geral, bem como cientificá-los de seus deveres ou obrigações legais;
- Promover pesquisas, conferências e cursos de aperfeiçoamento, visando o constante aprimoramento técnico e a maior eficiência dos serviços relacionados com a extração de goma-resina, em especial das diversas operações de campo;
- Manter intercâmbio permanente, tanto no Brasil como no exterior, com associações congêneres, oferecendo e recebendo subsídios que visem o crescimento da atividade extrativa de goma-resina;
- Relacionar-se técnica, jurídica e economicamente com as demais entidades ou associações silviculturais;
- Colaborar com as autoridades e órgãos governamentais, oferecendo a experiência adquirida ao longo de sua existência.

b. Administração

N/E

c. Entidades Associadas (ANEXO)

d. Endereço

Avaré – SP

e. Principais Feitos (site)

N/E

4.1.6 Entidades associadas ao Setor Florestal

Organizações Empresariais

SBS – Sociedade Brasileira de Silvicultura
www.sbs.org.br

a. Objetivos

- Congregar todos os que se dedicam à formação, recomposição e utilização sustentável das florestas;
- Estudar e difundir tecnologias de preservação dos recursos naturais renováveis e defesa do meio ambiente em geral;
- Participar e promover estudos e campanhas destinadas a garantir a reposição florestal e a disponibilidade de matérias-primas de base florestal;
- Participar da elaboração de planos e programas florestais em conjunto com órgãos do Poder Público e da Iniciativa Privada;
- Incentivar o aprimoramento da legislação florestal.
-
- Para realizar seus objetivos, a SBS promove e participa de congressos, conferências, exposições, cursos, programas de comunicação e de extensão. Representa e defende, junto aos poderes públicos os interesses de seus associados, mantém intercâmbio e cooperação com organizações congêneres no Brasil e no exterior, colabora com as autoridades governamentais responsáveis pelas atividades florestais nas diversas regiões do país. Pesquisa, edita e divulga informações de interesse do setor, mantendo grupos de trabalho nas diversas áreas de atuação.
- Uma das principais preocupações da SBS refere-se às políticas florestais do Brasil. Neste sentido, é feito permanente acompanhamento dos instrumentos legais em vigência ou em discussão. A SBS participa ativa e construtivamente na elaboração e formulação de propostas para o Poder Público, sempre no sentido de valorizar a sustentabilidade do setor florestal brasileiro.

b. Administração

N/E

c. Entidades Associadas (ANEXO)

d. Endereço

N/A

e. Principais Feitos (site)

- Ações juntamente com a participação dos associados da SBS, entidades congêneres e profissionais do setor para difusão de informações e tecnologias de produção, de preservação e de defesa do meio ambiente, além de divulgar a atividade florestal brasileira a nível nacional e internacional.
- Interação com órgãos governamentais e demais instituições com o objetivo de promover o fortalecimento institucional do setor e o estabelecimento de políticas florestais que proporcionem o desenvolvimento florestal do país e seu crescimento econômico e social.
- Em nível internacional, a SBS atua difundindo a atividade florestal brasileira.

- Nos fóruns, congressos e seminários internacionais, tem representado o setor privado nas discussões relativas aos acordos intergovernamentais (Painel Intergovernamental sobre Florestas), participado da elaboração de sistemas e normas de gestão (TC 207 - ISO 14000) e do estabelecimento de critérios e indicadores de manejo florestal sustentável (FSC e Cerflor) conforme os interesses nacionais, de modo a propiciar a diferenciação de produtos brasileiros de base florestal no mercado externo.

ABRAFLOR - Associação Brasileira dos Produtores de Floresta Plantada
www.abraflor.org.br

a. Objetivos

- Congregar, representar, promover e defender os interesses coletivos das Empresas que se dedicam ao desenvolvimento sustentável com base em florestas plantadas. . Atua nas seguintes áreas: parcerias com pequenos produtores; Órgãos de Governo; Sociedade Organizada; segmentos econômicos afins; Órgãos de Pesquisa e Desenvolvimento e Entidades de Classe.

b. Administração

Presidente – Integrante da Empresa Cenibra S/A

Vice-presidência – Integrantes das Empresas Suzano de Papel e Celulose S/A; Satipel Industrial S/A ; ArcelorMittal Florestas.

c. Entidades Associadas (ANEXO)

d. Endereço

Brasília – DF

e. Principais Feitos (site)

N/E

ABPMEX - Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Madeiras
www.abpmex.com.br

a. Objetivos

- Congregar, na órbita das relações associativas de natureza civil, as pessoas físicas e jurídicas que se ligam ou se interessam pela produção, comercialização e exportação de madeiras e produtos de madeiras, nas suas diferentes modalidades e formas de expressão, e pugnar, no âmbito de suas atribuições, pelo desenvolvimento, sobretudo tecnológico daquela atividade;
- Estimular, facilitar e promover estudos para o aperfeiçoamento dos meios de produção, comercialização e exportação de madeiras e produtos de madeiras;

- Difundir conhecimentos técnicos, elaborando normas industriais e comerciais, divulgando processos empregados em outros países e adaptando-se ao meio brasileiro;
 - Representar e colaborar com os poderes públicos e entidades de classe em assuntos que interessam ao setor de base florestal, bem como nos conclave de órgãos internacionais;
 - Organizar e manter serviços que possam ser úteis às associadas;
 - Estabelecer um serviço de comunicação por meio de publicação;
 - Serviço estatístico referente ao setor de produção, comercialização e exportação de madeiras e produtos de madeiras;
 - Biblioteca, com livros e revistas técnicas reunindo documentação de interesse geral.
 - Promover conferências, seminários e congressos técnicos;
 - Estimular a criação de consórcios de exportação de produtos de madeiras entre as associadas;
 - Promover, manter e estimular a exportação de produtos de madeiras, produzidos e elaborados por suas associadas;
 - Realizar estudos de mercado, publicidade e exposições;
 - Estabelecer normas e adotar qualquer medida útil aos objetivos dos consórcios de exportação;
 - Manter intercâmbio com outros países ou Associações de exportadores e ou importadores de produtos do setor de madeiras e de produtos de madeiras, tanto no interesse de suas associadas como do País;
 - Defender os direitos e interesses individuais ou coletivos das associadas em questões administrativas ou judiciais.
- **Administração**
N/E
 - b. Entidades Associadas**
 - c. Endereço**
Curitiba – PR
 - d. Principais Feitos (site)**
N/E

ACR – Associação Catarinense de Empresas Florestais
www.acr.org.br

a. Objetivos

- Promover, apoiar e desenvolver a atividade formadora de florestas produtivas, florestas de função ambiental e outras formações florestais plantadas, quer seja pela iniciativa de pessoa jurídica especializada ou pessoa física.
- Congregar as pessoas jurídicas especializadas no plantio, formação, manejo de florestas, assim como àqueles vinculados à transformação dos produtos florestais (empresas) e pessoas físicas (silvicultores) no

sentido de promover a convergência de interesses perante o cenário político e econômico regional e nacional, buscando o desenvolvimento.

b. Administração

N/E

c. Entidades Associadas (ANEXO)

d. Endereço

Lages – SC

e. Principais Feitos (site)

N/E

AGEFLOR – Associação Gaúcha de Empresas Florestais
www.ageflor.com.br

a. Objetivos

- Congregar e representar as empresas que tenham por finalidade a produção, a industrialização e a comercialização de produtos de base florestal, basicamente, oriundos de florestas plantadas, buscando contemplar os aspectos sociais, ambientais, econômicos e tecnológicos.

b. Administração

N/A

c. Entidades Associadas

Reúne em seu quadro social empresas que atuam em diferentes segmentos da cadeia produtiva da base florestal do Rio Grande do Sul, destacando-se os seguintes: florestamento e reflorestamento; madeira serrada para uso na construção civil, indústria moveleira, etc.; produção de chapas (entre elas MDF), compensados, aglomerados, laminados e faqueados; celulose e papel; movelaria; resinas (breu e terebintina); tanino; postes tratados; cavacos para produção de celulose; cavacos para geração de energia; mudas florestais; energia (lenha e carvão); máquinas e equipamentos; insumos e produtos químicos. A participação dos associados em alguns desses segmentos é a seguinte: Aglomerados: 100%; Compensados: 100%; Resinas: 100%; Tanino: 95%; Celulose e Papel: 90%; Postes tratados: 80%; Madeira serrada: 70%.

d. Endereço

Porto Alegre – RS

e. Principais Feitos (site)

- **02/07/2006:** Associação Gaúcha de Empresas Florestais (AGEFLOR) reuniu os seus associados e entidades do setor de base florestal para apresentar o documento de convênio a ser assinado pela Secretaria

Estadual do Meio Ambiente (Sema) e Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). A assinatura prevê a coordenação pela Fepam da execução do projeto de zoneamento ambiental para a atividade de silvicultura no Rio Grande do Sul e que embasará o licenciamento das atividades florestais no Estado.

- A proposta da AGEFLOR recebeu o apoio das 18 instituições representantes do setor produtivo, governo, universidades e sociedade. De acordo com Roque Justen, presidente da AGEFLOR, "a presença maciça de diferentes entidades do setor produtivo da madeira, aprovando unanimemente a nossa proposta, é de extrema importância porque revela que há o interesse do Estado em apoiar o desenvolvimento dos investimentos florestais no Rio Grande do Sul".
- **23/02/2007:** A Associação Gaúcha de Empresas Florestais (AGEFLOR) assinou convênio de cooperação com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) para a realização de um estudo técnico-científico de zoneamento ambiental e regulamentação para a atividade de silvicultura no estado Rio Grande do Sul.

A AGEFLOR também irá designar uma assessoria técnica para acompanhar o estudo e serão convidados a colaborar representantes do Arranjo Produtivo de Base Florestal do RS (APB Florestal) e da Câmara Técnica da Biodiversidade e Política Florestal do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). O produto final deverá ser encaminhado ao Consema para validá-lo e referenciá-lo como norma para o exercício de Silvicultura no Estado.

REFLORE MS – Associação Sul-Matogrossense de Produtores e Consumidores de Floresta Plantada
www.reflore.com.br

a. Objetivos

- Congregar todos os que se dedicam à formação, recomposição e utilização Sustentável das Florestas Plantadas;
- Promover a expansão e abertura de mercados, difundindo o múltiplo uso das Florestas Plantadas;
- Compilar, produzir e disponibilizar dados sobre o Agronegócio da Madeira Plantada, com o intuito de informar, quebrar paradigmas e ampliar a construção da imagem positiva do setor;
- Difundir tecnologias de preservação dos recursos naturais renováveis e a defesa do Meio Ambiente em geral;
- Participar, promover estudos e campanhas destinadas a garantir a reposição e a disponibilidade de matérias-primas de Base Florestal;
- Articular, participar da elaboração de Planos e Programas Florestais em conjunto com órgãos dos setores Público e Privado, bem como, Entidades Governamentais e Não Governamentais.
- Elaborar conjuntamente com Entidades Governamentais e Não Governamentais, um Plano Florestal para o Estado de Mato Grosso do Sul;

- Fortalecimento da Silvicultura no Estado de Mato Grosso do Sul, ajudando na articulação com as entidades Públicas e Privadas para a melhoria da infra-estrutura do Estado;
- Implementar ações que possam contribuir para a melhoria do desempenho do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), especialmente nos Municípios que possuam em sua base econômica a atividade de Florestas Plantadas;
- Implementar ações conjuntas com Institutos, com intuito de valorizar o conceito de Responsabilidade Social pelas Empresas Associadas;
- Promover conjuntamente com Entidades Governamentais e Não Governamentais a qualificação de mão de obra para todos os elos da Cadeia Produtiva do Agronegócio da Madeira, instalado no Estado de Mato Grosso do Sul;
- Apoiar e valorizar a Criação da Certificação de Empresas e/ou produtos oriundos do processamento de Florestas Plantadas;
- Apoiar e Organizar eventos como: Dias de Campo, Palestras, Seminários, Feiras e etc. relacionados com o Setor Florestal.

b. Administração

N/E

c. Entidades Associadas (ANEXO)

d. Endereço

Campo Grande – MS

e. Principais Feitos (site)

- **13/10/2008:** Reflore representa MS no Fórum Nacional sobre Carvão Vegetal. O Fórum Nacional sobre Carvão Vegetal, realizado em Belo Horizonte (MG), reúne especialistas de várias instituições, como centros de pesquisas, empresas florestais e órgãos governamentais.

Segundo o presidente da Reflore/MS, o estado já faz parte do cenário nacional na produção de carvão vegetal e está caminhando para a sua auto-suficiência a partir de suas florestas plantadas. "As siderúrgicas já possuem um programa de plantio acelerado e devem alcançar a auto-suficiência a partir de 2013", afirma.

O encontro é promovido pela SIF – Sociedade de Investigações Florestais em parceria com o Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa.

4.2. Importância dos Centros de Influência

4.2.1 Subsetor de Celulose e Papel

O subsetor de papel e celulose demonstrou-se o mais estruturado em relação à representatividade entre os subsectores mapeados, com geração de aproximadamente 43 mil empregos (BRACELPA, 2008) e 48 entidades associadas. Foi o único subsetor em que o resultado da pesquisa apresentou um sindicato de trabalhadores específico nacional (o SINAP – Sindicato Nacional dos Papeleiros).

No total apresentou uma associação empresarial nacional, a BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel reúne em seus associados com total de 48 entidades

associadas, todas as maiores organizações do ramo do Brasil, dentre elas Aracruz Celulose, Klabin, Veracel Celulose, Votorantin Celulose e Papel, dentre outras. Situa-se em São Paulo, SP, porem possui abrangência nacional.

Adicionalmente o subsetor apresentou oito entidades de âmbito estadual, dentre elas associações de fabricantes, sindicatos das indústrias, entre outros. Dentre essas, duas estão situadas no Estado do Rio de Janeiro, e as outras nos estados de maior representatividade na economia brasileira.

Em relação às organizações ligadas à força de trabalho, verificou-se o sindicato de abrangência nacional, conforme mencionado acima e ainda verificou-se a existência de duas organizações sindicais em âmbitos regionais, ambas no estado de São Paulo.

Os objetivos das organizações empresariais representam o conceito de centros de influência ou pressão, apresentado no referencial teórico. A pesquisa aponta que os objetivos dessas instituições dizem respeito basicamente à representação das empresas do setor, além de promover a competitividade, a divulgação, entre outros. Em suma, essas próprias organizações definem em seus objetivos a reunião das forças para a geração de uma pressão maior por parte do setor.

O mesmo se identifica em relação aos objetivos das organizações da força de trabalho. A pesquisa mostra que os principais objetivos dessas organizações são a representação da força de trabalho, exercer maior “força” nas negociações, ampliar a ação nas negociações, entre outros.

4.2.2 Subsetor de Madeira Processada

No que se refere ao subsetor de madeira processada, a pesquisa constatou a existência de três organizações empresarias de abrangência nacional, sendo duas delas localizadas no estado de São Paulo e a terceira no Paraná. As três totalizam aproximadamente 100 entidades associadas, com a geração de 2,0 milhões de empregos, e um faturamento de aproximadamente 13 bilhões de reais. (ABIMCI, 2008).

Os objetivos principais apresentados por essas instituições são a representatividade das empresas associadas no setor, colaborar com o crescimento e competitividade do setor na economia, trabalhar junto ao governo, entre outros. Esses objetivos demonstram que essas organizações podem ser compreendidas como os centros de influência do subsetor de madeira processada.

Não foi encontrada nenhuma organização relacionada à mão-de-obra específica para esse subsetor.

4.2.3 Subsetor de Móveis e Componentes

O subsetor de móveis e componentes apresentou nas pesquisas apenas uma organização representativa, a ABIMÓVEL – Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário. Com mais de 200 entidades associadas, geração de aproximadamente 207 mil empregos em todo Brasil, com uma produção/ faturamento 12 milhões de reais (ABIMÓVEL, 2008).

Novamente pode-se enquadrar seus objetivos nos objetivos gerais dos centros de pressão, tais como buscar atender as necessidades e reivindicações de seus associados e buscar o desenvolvimento do setor dentro da economia.

A associação das empresas moveleiras está situada em São Paulo.

4.2.4 Subsetor de Carvão Vegetal

O subsetor de carvão vegetal apresentou nas pesquisas dois grandes centros de influência de abrangência nacional, a ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de

Florestas Plantadas, que se localiza em Brasília, Capital Federal, com 30 entidades associadas. E a AMS – Associação Mineira de Silvicultura (antiga Associação Brasileira de Carvão Vegetal – ABRACAVE), com 22 entidades associadas, com sede em Belo Horizonte, MG, principal consumidor do produto. As duas entidades apresentam em seu corpo de associadas empresas produtoras e consumidoras. Emprega entre empregos diretos e indiretos aproximadamente 1,25 milhões de pessoas (ABRAF).

Seus objetivos são os mesmos que os dos outros CIs levantados.

4.2.5 Subsetor de produtos florestais não-madeireiros

Conforme já explicitado, o subsetor de produtos florestais não-madeireiros ainda não se encontra bem definido e organizado dentro do setor florestal. Entretanto, um ramo de atividade se destaca dentro desse subsetor é a resinagem. Através da pesquisa constatou-se a existência de uma associação das empresas de resinagem do Brasil a ARESB – Associação dos Resinadores do Brasil, localizada no município de Avaré, São Paulo.

4.2.6 Associações ligada ao Setor Florestal em geral

Diagnosticaram-se seis associações de abrangência nacional e estadual que não são somente ligadas a um determinado subsetor, mas representam empresas dos distintos subsetores do setor florestal. Porém seus objetivos seguem a mesma linha dos objetivos tradicionais da definição de centro de influência, como representatividade, interesses comuns, dentre outros.

4.3 Espaços Insituacionais

4.3.1 Estrutura institucional do setor florestal

O modelo institucional do setor florestal brasileiro começa a ser traçado com a criação do Serviço Florestal e a publicação do primeiro Código Florestal Brasileiro, em 1934 (SBS, 2007).

Em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF e elaborada a legislação de proteção à fauna. No ano de 1989 foi criado o IBAMA – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, responsável pela fiscalização e controle do cumprimento da legislação ambiental e das atividades relacionadas com recursos naturais.

Em 1993 foi criado o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia legal, mediante a transformação (Lei nº 8.746, de 09 de dezembro). Hoje, o MMA – Ministério do Meio Ambiente inclui diversas esferas, incluindo as que se referem diretamente ao setor florestal. Possui a seguinte estrutura organizacional:

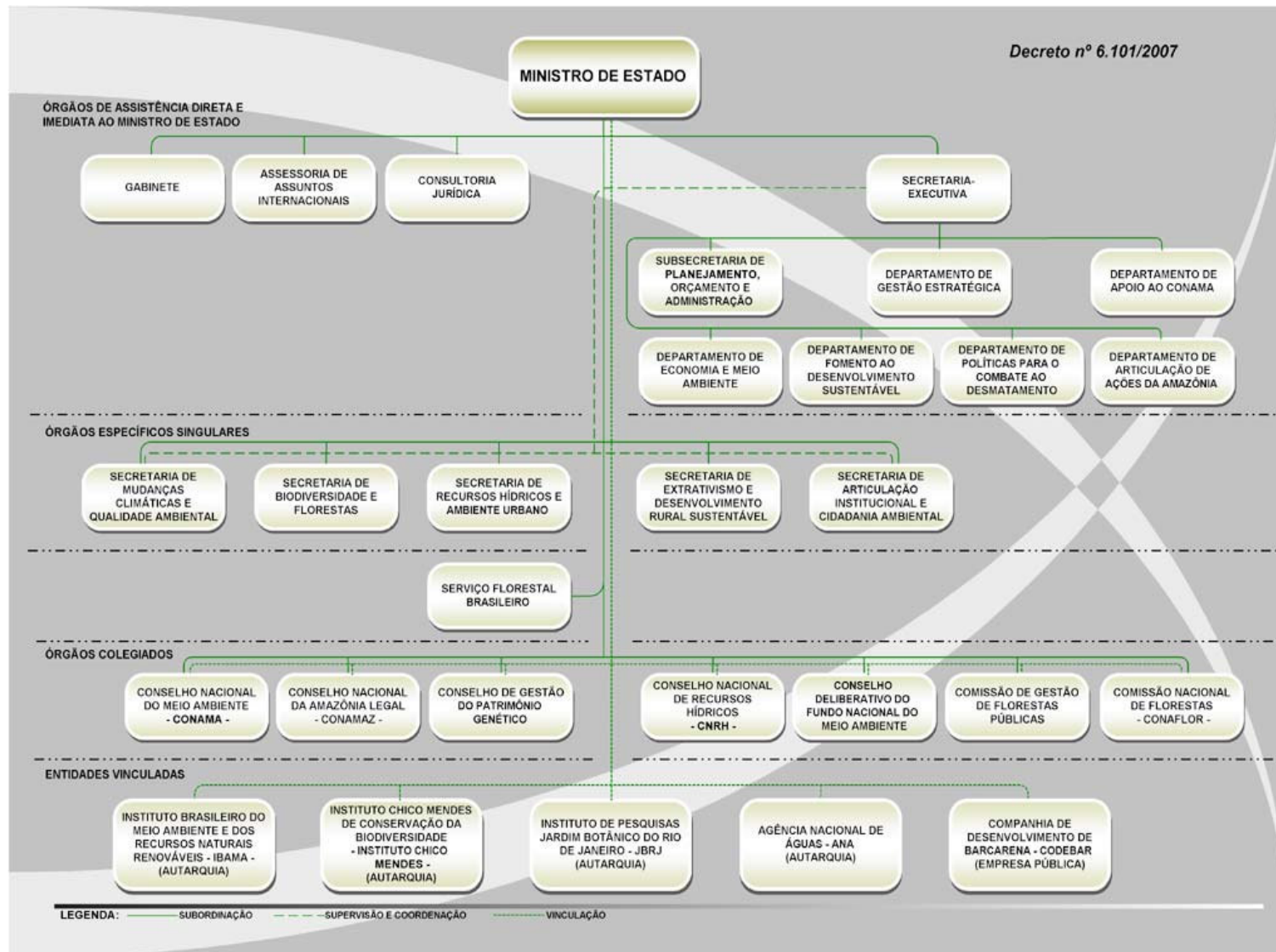


Figura 1 – Estrutura do MMA, estabelecida pelo Decreto 6001/07. Fonte: Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2008).

A gestão florestal no âmbito do Governo Federal está sob a responsabilidade direta de quatro instituições: Ministério do Meio Ambiente, que formula a política e três outras, que a executam: Serviço Florestal Brasileiro, Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (SFB, 2007).

Ministério do Meio Ambiente – O Ministério do Meio Ambiente, além da formulação de políticas, atua diretamente na gestão das florestas públicas como Poder Concedente para produção sustentável (é o responsável pela assinatura dos contratos de concessão), define o Plano Anual de Outorga Florestal, supervisiona o desempenho do Serviço Florestal e aprova o seu Plano Estratégico Institucional (SBF, 2007).

Órgãos Específicos Singulares

Secretaria de Biodiversidade e Florestas – compete propor políticas e normas, definir estratégias, e implementar programas e projetos, nos temas relacionados com a gestão compartilhada do uso sustentável dos recursos naturais; o conhecimento, conservação e utilização sustentável da biodiversidade; o acesso aos recursos genéticos; o reflorestamento e a recuperação de áreas degradadas; o uso sustentável da ictiofauna e dos recursos pesqueiros; o gerenciamento do sistema nacional de unidades de conservação; o uso sustentável de florestas, incluindo a prevenção e o controle de queimadas e incêndios florestais (Ministério do Meio Ambiente²).

Serviço Florestal Brasileiro – é o Órgão Gestor das florestas públicas federais para a produção sustentável e possui também a responsabilidade de geração de informações, capacitação e fomento na área florestal (Ministério do Meio Ambiente³).

Órgãos Colegiados

Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) – órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90. Tem por um dos objetivos principais estabelecer, mediante proposta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), dos demais órgãos integrantes do SISNAMA e de Conselheiros do CONAMA, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e Municípios e supervisionado pelo referido Instituto.

Entidades Vinculadas

IBAMA – é o Órgão de Controle e Fiscalização Ambiental responsável pelo licenciamento e controle ambiental das florestas públicas federais.

² Site do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/>. Acesso em 20/11/2008.

³ Site do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/>. Acesso em: 21/11/2008.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – é o mais novo órgão ambiental do governo brasileiro. Foi criado pela Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007. É uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). A sua principal missão institucional é propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União.

Segue esquema ilustrativo:



Figura 2 – Esquema ilustrativo das instituições florestais federais.

Fonte: Relatório de Gestão de Florestas Públicas, 2007.

4.3.2 Espaços Institucionais de influências dos CIs

Caracterizamos espaço institucional de influências como locais criados para discussões, debates e influências, para o setor florestal e seus subsetores.

4.3.2.1 Conselho Florestal Federal

Primeiro espaço institucional criado pelo Código Florestal, no Decreto N. 23.793 – de janeiro de 1934. Nele continha quatro artigos.

“**Art. 101.** O conselho florestal federal, com sede no Rio de Janeiro, será constituído pelos representantes do Museu Nacional, do Jardim Botânico, da Universidade do Rio de Janeiro, do Serviço do Fomento Agrícola, do Touring Club do Brasil, do Departamento Nacional de Estradas, do Serviço de Florestas, ou de Mattas, da Municipalidade do Distrito Federal, e por outras pessoas até cinco, de notoria competência especializada, nomeadas pelo presidente da república.

§ 1º Conselho Florestal Federal promoverá a organização dos conselhos dos vários Estados, que serão constituídos pelos representantes de institutos congêneres aos acima indicados e de mais três pessoas de notoria competência especializada, nomeados pelo presidente do Estado.

§ 2º O diretor do serviço competente da União será membro honorário do Conselho Florestal Federal, podendo tomar parte em todas as reuniões e deliberações.

Art. 102. Ao conselho florestal, incumbe:

- a) orientar as autoridades florestaes sobre a applicação dos recursos oriundos do fundo florestal;
- b) promover e zelar pela fiel observancia deste codigo e leis, ou regulamentos, complementares, acompanhando a acção das autoridades florestaes e representando-lhes sobre necessidades ou deficiencias dos serviços, ou sobre reclamos do interesse publico;
- c) resolver casos omissos no presente codigo e propor ao governo a sua emenda, ou qualquer alteração;
- d) emitir parecer sobre as questões relevantes que a repartição florestal tenha de resolver, nos casos em que for pedido pelo governo, e nos indicados neste codigo;
- e) promover a cooperação dos poderes publicos, instituições e institutos, empresas e sociedades particulares, na obra de conservação das florestas e de plantio;
- f) difundir em todo o paiz a educação florestal e de protecção á natureza em geral;
- g) instituir premios de animação á silvicultura e por serviços prestados á protecção das florestas;
- h) promover, annualmente, a festa da arvore;
- i) organizar congressos de silvicultura;
- j) organizar seu regimento interno, em que poderá instituir commissões para determinados locaes, ou regiões.

Art. 103. O Conselho Florestal Federal, a par da acção que desenvolverá em todo o paiz, exercerá suas funcções, especialmente, no Districto Federal.

Parapho unico. O conselho de cada municipio intervirá nos casos referentes ao territorio respectivo, e o conselho estadual nos que interessarem a mais de um municipio, ou a municipio em que não haja conselho em funcionamento regular.

Art. 104. O conselho federal, por seu presidente, terá qualidade para requerer, em juizo ou perante qualquer autoridade, em todo o territorio nacional, o que reconhecer conveniente ao bom desempenho de seus encargos – cabendo a mesma faculdade, em relação a cada Estado, ou municipio, ao respectivo conselho legal, tambem por seu presidente.”

O Conselho Florestal foi mantido após a instituição do novo Código Florestal pela lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Teve, no entanto, a sua composição alterada, conforme dispunha o art. 48 da Lei:

Art. 48. Fica mantido o Conselho Florestal Federal, com sede em Brasília, como órgão consultivo e normativo da política florestal brasileira.

Parágrafo único. A composição e atribuições do Conselho Florestal Federal, integrado, no máximo, por 12 (doze) membros, serão estabelecidas por decreto do Poder Executivo.

4.3.2.2 Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP)

Foi instituída pela Lei 11.284/06, regulamentada pelo Decreto Nº 5.795/06, composta por membros de diversos ministérios e representações civis. Tem por objetivos assessorar, avaliar e propor diretrizes para gestão de florestas públicas da União; manifestar-se sobre o

Plano Anual de Outorga Florestal-PAOF da União; e exercer as atribuições de órgão consultivo do Serviço Florestal Brasileiro-SFB (Ministério da Ciência e Tecnologia)

4.3.2.3 Comissão Nacional de Florestas (CONAFLOR)

Comissão de caráter consultivo com o objetivo de propor e avaliar medidas para o cumprimento das diretrizes da política pública para o setor florestal, recomendar ações para o Programa Nacional de Florestas (PNF), promover a integração de políticas setoriais e propor, apoiar e acompanhar a execução dos objetivos do PNF. A comissão foi criada pelo Decreto 4.864 de 2003, que alterou o Decreto 3420 de 2000 (Ministério da Ciência e Tecnologia).

4.3.2.4 Fórum de Papel e Celulose

Espaço dentro do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, criado para desenvolvimento de Políticas de Desenvolvimento Produtivas (PDP), exclusivas para o subsetor de Celulose e Papel.

4.3.2.5 Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis

A coordenação do Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis é exercida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior através do Departamento das Indústrias Intensivas em Mão-de-obra e Recursos Naturais. Destaca-se, também, o Foro Mercosul de Madeira e Móveis, sob a mesma coordenação que contempla a participação dos quatro sócios do Mercosul, quais sejam, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

O Fórum foi reestruturado em 2003, já sob nova coordenação, funciona sob o regime colegiado. Ali são discutidos os grandes temas que interessam a cadeia produtiva como um todo. É uma preocupação constante do MDIC é realizar a inserção de representantes de todas os Estados da Federação e, hoje, já conta com a participação de 18 Estados. Além disso, participam diversos órgãos estatais, como, MCT, INMETRO, ME, IBAMA, etc. e representantes do setor privado como ABIMOVEL, ABIMCI, ABIPA, FNABF, SEBRAE, SENAI, MOVERGS e diversos sindicatos.

4.3.2.6 Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal

Nasceu com a responsabilidade de identificar e discutir questões relevantes, sejam elas de cunho setorial ou nacional, promovendo, em caráter permanente, ações articuladas e conjuntas, na perspectiva de que se fortaleça o encaminhamento das propostas às autoridades competentes, quer em âmbito local ou nacional.

Criado por união do Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

5. CONCLUSÕES

Conforme a pesquisa realizada concluiu-se que todos os subsetores florestais brasileiros apresentam números significativos e crescentes de centros de influência. Isso só comprova a importância dos CIs no âmbito da economia e política globalizada.

O subsetor de madeira processada foi o que apresentou o maior número de CIs, no total três de âmbito nacional, com um somatório de aproximadamente 100 entidades associadas. Os demais subsetores apresentaram apenas um CI de âmbito nacional, porém o subsetor de carvão vegetal apresenta a associação mineira de silvicultura um CI de nomeação regional, mas devido ao peso do estado no subsetor a consideramos de âmbito nacional, o mesmo apresenta no total cinquenta e duas entidades associadas.

O subsetor de móveis e componentes com apenas um CI, apresentou um número bem significativo de entidades associadas, 200. O de papel e celulose, como referido, apenas um CI, com quarenta e oito entidades associadas, contudo foi o único a apresentar um sindicato de trabalhadores específico de âmbito nacional. O subsetor de produtos florestais não-madeireiros, apesar de poucas pesquisas realizadas, poucos levantamentos, falta de informações e ainda o não reconhecimento pelos órgãos federais, encontrou-se um CI específico: o da resinagem.

Encontraram-se um total de seis espaços institucionais nacionais, sendo um desses histórico, pois se trata do Conselho Florestal Federal situado no Código Florestal de 1934. Dos seis espaços institucionais três são de abrangência do setor florestal e não específico de cada subsetor. São esses: o Conselho Florestal Federal situado no Código Florestal de 1965, a Comissão de Gestão de Florestas Públicas e o Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal. Temos ainda o Fórum de Papel e Celulose e o Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis, ambos localizados no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Traçando um paralelo entre o peso na economia florestal nacional, a geração de empregos, os CIs qualitativamente e quantitativamente, e a disponibilidade de espaços institucionais, de todos os subsetores florestais brasileiros, conclui-se que o subsetor de celulose e papel apresenta maior organização em termos de representatividade.

Através da pesquisa percebe-se o reconhecimento à importância do setor florestal brasileiro, embora seja visível a maior atenção despendida ao subsetor de papel e celulose em detrimento aos outros, uma vez que esse apresenta a maior contribuição à economia. No entanto, entende-se que o desenvolvimento da representatividade e influência dos outros subsetores é proporcional à “fatia” econômica que gerem. Sendo assim, quanto maior a representatividade ou contribuição à economia do país, maior os números de entidades associativas de pressão e influência.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIMCI. Disponível em: <www.abimci.com.br>. Acesso em 12 out. 2008.
- ABIMÓVEL. Disponível em: <www.abimovel.org.br>. Acesso em 01 ago. 2008.
- ABIMÓVEL. Panorama da indústria brasileira de móveis.
- ABIPA. Disponível em: <www.abipa.org.br>. Acesso em 01 ago. 2008.
- ABIPLAR. Disponível em: <www.abiplar.com.br>. Acesso em 01 ago. 2008.
- ABPMEX. Disponível em: <www.abpmex.com.br>. Acesso em 01 jul. 2008.
- ABRAFLOR. Disponível em: <www.abraflor.org.br>. Acesso em 01 jun. 2008.
- ACR. Disponível em: <www.acr.org.br>. Acesso em 10 ago. 2008.
- AGEFLOR. Disponível em: <www.ageflor.com.br>. Acesso em 20 ago. 2008.
- ARESB. Disponível em: <www.aresb.com.br>. Acesso em 01 ago. 2008.
- BALZON, D.R. **Aspectos Mercadológicos de Produtos Florestais Não-Madeireiros**. Revista Floresta. n.34, p. 363-371. Curitiba: 2004.
- BNDES. **Informativo Setorial**. 2001
- BRACELPA. Disponível em: <www.bracelpa.org.br>. Acesso em 12 out. 2008.
- BRACELPA. **Relatório Estatístico 2007/2008**.
- CARVALHO, R.M.; SOARES, T.; VALVERDE, S.R. **Caracterização do Setor Florestal**. Revista Ciência Florestal. v. 15, n. 1, p. 105-118. Santa Maria: 2005.
- CEPEA. **Informativo CEPEA do Setor Florestal**. USP: 2008
- DUERR, W. A. **Fundamentos da Economia Florestal**. Lisboa: 1972.
- EMBRAPA. **Manejo Florestal Não-Madeireiro em Unidades de Conservação de Uso Direto**. Porto Velho: EMBARPA Acre, 2000.
- FAO. Food and Agriculture Organization. Disponível em: <www.fao.org>. Acesso em: 20 nov. 2008.
- FAO. **State of the World Forests, 2001**. Rome: FAO Forestry, 2002.
- FERREIRA, J. **Análise da Cadeia Produtiva e Estrutura de Custos do Setor Brasileiro de Produtos Resinosos**. Piracicaba: 2002.

FIGUEIREDO, A.; MACHADO, S.A.; HOSOKAMA, R.T.; KIKUTI, P. **Avaliação econômica da resinagem em florestas de Pinus elliotii engelm. var. elliotii.** n.45, p.48-63. IPEF: 1992.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

IPEF. **Ciência e Tecnologia no Setor Florestal Brasileiro.** Piracicaba: 2002.

MATTOS, R.L. **A Reestruturação do Setor de Papel e Celulose.** BNDES Setorial. n.10. p. 253-268. Rio de Janeiro: 1999.

Ministério da Ciência e Tecnologia. MCT. Disponível em: <www.mct.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2008.

Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. MDICE. Disponível em: <www.mdice.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2008.

Presidência da República. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 03 nov. 2008.

REFLORE. Disponível em: <www.reflore.com.br>. Acesso em 04 ago. 2008.

SBS. Disponível em: <www.sbs.org.br>. Acesso em 01 ago. 2008.

SILVA, A. **Setor florestal não é setor madeireiro.** Jornal Página 20. 2001.

_____. **Quebrando castanha e cortando seringa.** Seropedica: EDUR, 2003. 136 p.

SILVIMINAS. Disponível em: <www.silviminas.com.br>. Acesso em 25 ago. 2008.

SINAP. Disponível em: <www.sinap.org.br>. Acesso em 01 ago. 2008.

SINPACEL. Disponível em: <www.sinpacel.org.br>. Acesso em 01 ago. 2008.

SINPAPEL. Disponível em: <www.sinpapel.com.br>. Acesso em 01 out. 2008.

SINPASUL. Disponível em: <www.sinpasul.org.br>. Acesso em 01 ago. 2008.

SINPESC. Disponível em: <www.sinpesc.com.br>. Acesso em 01/08/2008.

Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS). **Fatos e Números do Setor Florestal Brasileiro.** São Paulo: SBS, 2007.

7. ANEXO

ENTIDADES ASSOCIADAS AOS CENTROS DE INFLUÊNCIA DO SETOR FLORESTAL BRASILEIRO

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel

- Adamas S.A. Papéis e Papelões Especiais;
- Adami S.A. Madeiras;
- VCP Ind. de Papéis Especiais S/A;
- Aracruz Celulose S.A.;
- Bignardi Ind. e Com. de Papéis e Artefatos Ltda.;
- Bonet Madeiras e Papéis Ltda; Cambará S.A. - Produtos Florestais;
- Celulose Nipo-Brasileira S.A. – Cenibra;
- Cocelpa - Cia. de Celulose e Papel do Paraná;
- Copapa - Cia. Paduana de Papéis;
- Facepa - Fábrica de Papel da Amazônia S.A.;
- Fernandez S.A. Indústria de Papel;
- Ibema - Cia. Brasileira de Papel;
- Iguaçú Celulose Papel S.A. Indústria e Comércio de Embalagens e Papéis Artivinco Ltda;
- Klabin S.A.; KM Ind. e Com. de Papel Ltda.;
- Lwarcel Celulose e Papel Ltda.;
- Melhoramentos Papéis Ltda.;
- Multiverde Papéis Especiais Ltda.;
- Nobrecel S.A. - Celulose e Papel;
- Orsa Celulose, Papel e Embalagem S.A.;
- Ripasa S.A. Celulose e Papel;
- Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.;
- Schweitzer - Mauduit do Brasil;
- Suzano Papel e Celulose;
- Trombini Industrial S.A.;
- Veracel Celulose S.A.;
- Votorantim Celulose e Papel S.A.; Outras

ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas

- V&M Florestal Ltda;
- Cia Suzano de Papel e Celulose;
- Plantar S/A; Gerdau S/A;
- Celulose Nipo-Brasileira S/A – CENIBRA;
- Acesita Energética S/A;
- Arcelormittal Florestas;
- Aracruz Celulose S.A.;
- Bahia Pulp;
- Duratex S/A;

- Eucatex;
- International Paper;
- Klabin;
- Companhia Vale do Rio Doce;
- Votorantim Celulose e Papel;
- Veracel.

AMS – Associação Mineira de Silvicultura

- Replasa Reflorestadora S/A;
- Metalsider Ltda;
- Socoimex Siderurgia Ltda;
- V&M Florestal Ltda;
- Cia Suzano de Papel e Celulose;
- SIDERPA – Siderúrgica Paulino Ltda;
- Satipel Industrial S/A;
- Saint-Gobain Canalização S/A;
- Rima Industrial S/A;
- Plantar S/A;
- Pitangui Agro-Florestal – PAF;
- Nova Era Silicon;
- Italmagnésio Nordeste S/A;
- Gerdau S/A;
- Celulose Nipo-Brasileira S/A – CENIBRA;
- Cia. Ferroligas Minas Gerais – MINASLIGAS;
- Cia. Brasileira Carbureto Cálcio – CBCC;
- Cia. Setelagoana de Siderurgia – COSSISA;
- Acesita Energética S/A;
- Globe Metais Indústria e Comércio S/A;
- Arcelormittal Florestas;
- Aracruz Celulose S.A.

ARESB – Associação dos Resinadores do Brasil

- Agro Florestal Lavras Ltda. (SP);
- Comercial Mato Verde Ltda (sp);
- Nagro Reflorestamento Comércio Ltda. (SP);
- Outras.

SBS – Sociedade Brasileira de Silvicultura

- Bracelpa -Associação Brasileira de Celulose e Papel (SP);
- Cáceres Floresta (MT);
- Floresteca (MT);
- Inpacel Ind. de Papel e Celulose Arapoti (PR);

- Melhoramentos Florestal S.A. (SP);
- Orsa Celulose, Papel e Embalagens Ltda (SP);
- Plantar S/A (MG);
- Ramires Reflorestamento Ltda. (SP);
- Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda. (SC).

ABRAFLOR - Associação Brasileira dos Produtores de Floresta Plantada

- V&M Florestal Ltda;
- Cia Suzano de Papel e Celulose;
- Plantar S/A;
- Gerdau S/A;
- Celulose Nipo-Brasileira S/A – CENIBRA;
- Acesita Energética S/A;
- Arcelormittal Florestas;
- Aracruz Celulose S.A.;
- Bahia Pulp;
- Duratex S/A;
- Eucatex;
- International Paper;
- Klabin;
- Masisa;
- Rima;
- Ramires;
- Companhia Vale do Rio Doce;
- Votorantim Celulose e Papel;
- Veracel.

ABPMEX - Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Madeiras

- Adami S/A Madeiras (SC);
- Água Florestal Ind. de Madeiras Ltda (PR);
- Andrezza Madeiras Ltda (SC);
- Araupel S/A (RS);
- Brasilmad Comercial Exportadora (PR);
- Braspine Madeiras Ltda (PR);
- Central Produtos Florestais Ltda (RS);
- Cisframa Com. Ind. Mad. São. Ltda (SC);
- Comércio de Madeiras Brandes Ltda (PR);
- Ecolumber Indústria e Comércio de Madeiras (SP);
- Elof Hansson Ab (PA);
- Florestal Vale do Corisco Ltda (PR);
- Klabin S/A (PR);
- Linha Atual Ind. e Com. Ltda (PR);
- Madegral Ind de Madeiras Gralha Azul Ltda (PR);

- Madeireira Pinubras Ltda (SC);
- Madesil Madeiras Laminadas Ltda (SP);
- Madobras Madeiras do Brasil Ltda (PR);
- Stora Enso Arapoti Ind. de Papel Ltda (PR);
- Cia Produtores de Armazens Gerais (PR);
- Jimo Química Industrial Ltda (RS);
- Mill Indústria de Serras Ltda (SC);
- Prentiss Química (PR);
- Sampayo Nickhorn S/A (RJ).

ACR – Associação Catarinense de Empresas Florestais

- Adami S/A Madeiras (SC);
- Agro Pastoril Novo Horizonte (PR);
- Agroflorestal Campo Alto S/A (PR);
- Aguas Negras S/A. Ind. de Papel (SC);
- Brochmann Polis Ind. e Florestal S/A (SC);
- Outras.

REFLORE MS – Associação Sul-Matogrossense de Produtores e Consumidores de Floresta Plantada

- Corus Agroflorestal Ltda (MS);
- 3P Empreendimentos e Comércio Ltda. (MS);
- Votorantim Celulose e Papel – VCP – MS Unidade Três Lagoas;
- Maseal Indústria de Compensado Ltda (MS);
- MMX Metálicos Ltda (MS);
- Prime Timber (MS);
- Ramires Reflorestamentos Ltda (MS);
- Outras.